



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

30ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8472, Fortaleza-CE - E-mail: for30cv@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0111251-17.2019.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Maria do Socorro Ferreira da Silva**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Vistos etc.

Maria do Socorro Ferreira da Silva ingressou com a presente Ação de Cobrança em desfavor de **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguros DPVAT**, visando o recebimento de importância que diz fazer jus, relacionada com seguro obrigatório – DPVAT, legalmente instituído pela Lei nº. 6.194, de 19.12.74, com as modificações das Leis nºs 11.482/07 e 11.945/09, alegando o seguinte:

Aduz que, **em 12/06/13 (fls. 22)**, sofreu acidente de trânsito, restando-lhe uma invalidez permanente, tendo ingressado com um processo administrativo junto à seguradora para receber o prêmio referente ao seguro, porém, *"a invalidez do Autor não foi reconhecida pela seguradora. Uma vez reconhecida a invalidez permanente, frente o incontestável pagamento, discute-se na presente lide a relação da invalidez e o valor efetivamente pago administrativamente..."*, razão pela qual ingressou com o presente feito junto a este juízo.

Nos pedidos, requereu os benefícios da justiça gratuita, a citação da parte promovida, a dispensa da audiência de conciliação, a realização de perícia e julgamento procedente da ação, com a condenação da promovida nas custas processuais e nos honorários advocatícios.

A parte autora juntou à inicial os documentos.

A promovida contestou a ação.

A parte autora não apresentou réplica.

Às fls. 183/184, foi determinada a realização de perícia médica judicial, a qual foi efetivada às fls. 195/196.

Em cumprimento a decisão de fls. 197, as partes foram intimadas para, querendo, se manifestarem sobre o laudo pericial, tendo sido apresentadas as manifestações de fls. 200/201 (parte autora) e 225/229 (promovida).

É o relatório, decidido.

Foram apresentadas, na contestação, as preliminares da tempestividade, do desinteresse na realização da audiência de conciliação e da questão prejudicial de mérito da prescrição.

Considerando que a preliminar de prescrição é prejudicial de mérito, passo a analisá-la em primazia às outras preliminares.

A parte requerida, em sua contestação de fls. 56/68, diz que, em 12.06.2013, a parte autora deu entrada no pedido administrativo, suspendendo, assim, o prazo prescricional que estava em curso.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

30ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8472, Fortaleza-CE - E-mail: for30cv@tjce.jus.br

Diz, ainda, que, em 21/12/2015, a promovida encaminhou carta de negativa/ informando pagamento administrativo e, assim, após esta data, o prazo prescricional voltou a fluir, encerrando-se em 21.12.2018.

Disse, também, que a presente ação foi ajuizada em 20/02/2019. Ou seja, após o término do prazo prescricional.

É sabido que, em caso de negativa de indenização securitária, pelo entendimento jurisprudencial, o prazo para o ajuizamento da ação conta-se a partir da data da negativa do pagamento, contando-se, a partir daí, o prazo decadencial de 03 (três) anos para a parte autora ingressar em juízo com a ação. Não ingressando, ocorrerá, então, a prescrição trienal prevista no art. 203, § 3º, IX, do Código Civil.

Art. 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil:

Prescreve:

...

§ 3º Em três anos:

IX - a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

Registre-se que a prescrição da pretensão ao recebimento do DPVAT era vintenária, consoante previsão do Código Civil de 1916, em seu art. 177.

Com o advento do Código Civil de 2002, em vigor, o prazo relativo à pretensão de cobrança de seguro obrigatório, a exemplo do DPVAT, foi reduzido para 03 (três) anos, como estabelecido no art. 206, § 3º, IX, do CC.

Esse é o entendimento consolidado na Súmula de nº. 405 do STJ. Veja-se:

A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos.

A respeito do tema são numerosas as decisões jurisprudenciais. Vejamos:

TJ-SC – Apelação Cível AC 376663 SC 2010.037666-3 (TJ-SC). Jurisprudência. Data da publicação: 04/10/2010. **Ementa:** **SÚMULA 405 DO STJ. TERMO A QUO, SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.** “A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos” (**Súmula 405 do STJ**). O início da contagem prescricional, nas ações movidas pelo segurado contra a seguradora, dá-se do pagamento administrativo realizado a menos ou da negativa de adimplemento da indenização securitária. Na ausência desses balizadores, a fluência da prescrição inicia-se na data do acidente.

TJ-MG – 101450847351360011 MG 1.0145.08.473513-6/001(1) (TJ-MG). Jurisprudência. Data da publicação: 13/11/2009. **Ementa:** AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – PRETENSÃO INDENIZATÓRIA – PRESCRIÇÃO TRIENAL – PRAZO CONTADO DA NEGATIVA DA SEGURADORA –



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

30ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8472, Fortaleza-CE - E-mail: for30cv@tjce.jus.br

INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – CONTAGEM INICIADA NA DATA DA ENTRADA EM VIGOR DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 – PRESCRIÇÃO OPERADA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. Ocorrendo o fato aposentado como causador de dano do apelante na vigência do CC/16 e tendo a demanda sido ajuizada (26/02/2002) na vigência do CC/02, necessário observar as disposições finais e transitórias para a aplicação do Novo Es (13/08/2008) estatuto Civil. Como na data de entrada em vigor do CC/02 -11/01/2003 – não havia transcorrido mais da metade do tempo estabelecido no CC/16, o **prazo** prescricional a ser observado é o de 3 anos, conforme previsão do art. 206, §3º, IX, do CC/02 . (três) Para que sejam evitadas grandes injustiças e insuportável ofensa à segurança jurídica, o **prazo** prescricional, quando reduzido pelo CC/02, deve ser **contado** a partir da entrada em vigor da nova codificação. Inexistindo nos autos documento que comprove a existência de requerimento administrativo, tem-se que é impossível afastar a declaração da prescrição da pretensão só seguro contra a **seguradora**. Cômulo seria a situação do segurado que, no intuito de evitar que se iniciasse a contagem do **prazo** prescricional, poderia deixar de formular seu pedido administrativo, de forma a impossibilitar que se operasse a prescrição. Apelação a que se nega provimento.

TJ-RS – Apelação Cível AC 70077966604 RS (TJ-RS). Jurisprudência. **Data de Publicação: 23/08/2018. Ementa:** INCIDÊNCIA DO ART. 206, §1º, INCISO II, ALÍNEA B, DO CÓDIGO CIVIL, QUE ESTABELECE A PRESCRIÇÃO ANUAL DA AÇÃO DO SEGURADO CONTRA O **SEGURADOR, CONTADO O PRAZO DO DIA EM QUE O INTERESSADO TIVER CIÊNCIA DA NEGATIVA DE COBERTURA. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA.** Não se tratando de ação regressiva em dade a **Seguradora**, incabível condicionar o termo inicial da fluência do **prazo** prescricional ao término de ação que discute responsabilidade por acidente de trânsito e pagamento de indenização securitária por danos a terceiros. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70077966604, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Elisa Carpin Corrêa, Julgado em 16/08/2018.

Consultando-se os autos, verifica-se que o acidente ocorreu em **12/06/13**, conforme comprova o documento de fls. 22, tendo sido negado o pedido de indenização securitária do autor em **29/12/15**, conforme comprova documento de fls. 40/41, sendo esta última data considerada como causa de interrupção do prazo prescricional, conforme entendimento jurisprudencial acima transcrito. Portanto, o autor teria até **29/12/18**, para ingressar em juízo com a presente ação.

Ocorre que, em consulta ao Sistema SAJ Primeiro Grau ficou evidenciado que

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

30ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8472, Fortaleza-CE - E-mail: for30cv@tjce.jus.br

a ação foi ajuizada em **16/02/2019**, após 03 (três) anos da data da negativa comprovada do pedido da indenização administrativa, ocorrendo, dessa forma, a prescrição trienal, com base no art. 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil e Súmula de nº. 405 do STJ.

A parte promovente teve oportunidade de se manifestar a respeito da prescrição trienal apontada pela parte requerida, estando suprida, assim, a previsão contida no parágrafo único, do art. 487, do CPC.

Dessa forma, fica prejudicada a apreciação das outras preliminares e do mérito da causa.

ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, declaro prescritos os pedidos formulados pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, II, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte autora no pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

Fortaleza/CE, 10 de fevereiro de 2023.

Jose Maria dos Santos Sales

Juiz

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0055/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Francisco Alysson da Silva Frota (OAB 35017/CE)	D.J
Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB 14752/CE)	D.J
JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954A/CE)	D.J
Rafaella Barbosa Pessoa de Melo (OAB 45542A/CE)	D.J

Teor do ato: "ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, declaro prescritos os pedidos formulados pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Condene a parte autora no pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos."

Fortaleza, 20 de fevereiro de 2023.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

30ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8472, Fortaleza-CE - E-mail: for30cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO DE REGISTRO DE SENTENÇA

Processo nº: **0111251-17.2019.8.06.0001**
Classe: **Procedimento Comum Cível**
Assunto: **Seguro**
Requerente: **Maria do Socorro Ferreira da Silva**
Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICA que, nesta data, a sentença retro foi registrada no Sistema de Automação da Justiça. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 17 de fevereiro de 2023.

Servidor da SEJUD
Provimento nº 1/2019 da CGJ

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0055/2023, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 23/02/2023. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 27/02/2023, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Francisco Alysson da Silva Frota (OAB 35017/CE)	15	17/03/2023
Fabio Pompeu Pequeno Junior (OAB 14752/CE)	15	17/03/2023
JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954A/CE)	15	17/03/2023
Rafaella Barbosa Pessoa de Melo (OAB 45542A/CE)	15	17/03/2023

Teor do ato: "ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, declaro prescritos os pedidos formulados pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, II, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora no pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos."

Fortaleza, 23 de fevereiro de 2023.